

PROJETO DE LEI N.º DE 2006

(Do Sr. Nelson Proença)

Altera a Lei N.º 6.634, de 2 de maio de 1979
“que dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o
Decreto-lei N.º 1.135, de 3 de dezembro de
1970 , e dá outras providências”

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei N.º 6.634, de 2 de maio de 1979, reduzindo a extensão da faixa de fronteira.

Art. 2º. O Art. 1º da Lei N.º 6.634, de 2 de maio de 1979 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É considerada indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de cinqüenta quilômetros (50 Km) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada Faixa de Fronteira.” (NR)

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei que estabeleceu a Faixa de Fronteira foi editada dentro do espírito doutrinário do regime militar que vivemos até meados dos anos 80. Para os dias atuais a manutenção do texto nos parece absurda, quanto às razões políticas que a motivaram, e anacrônica, quanto aos aspectos econômicos e de desenvolvimento do País hoje.

Consideramos que a faixa de fronteira de 150 km é muito extensa para os dias atuais, uma vez que a densidade demográfica na região sul e central do País (especialmente na região fronteiriça dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina , Paraná e Mato Grosso do Sul) cresceu substancialmente nos últimos 25 anos. Quanto a região que vai do Estado de Mato Grosso até o Amapá, apesar de menor densidade demográfica, em comparação com os estados do sul, temos hoje total controle de todas as atividades que ocorrem na faixa de fronteira através do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e do

FDFFEE20225

mapeamento e monitoramento por satélites.

Não podemos mais considerar a faixa de fronteira como região inabitada, que requer uma vigilância intensa das Forças Armadas em até 150 quilômetros, a presença destas não se verifica nem nas linhas divisórias do território nacional, onde deviam se concentrar o aparato policial e militar, e a atual legislação vêm criando dificuldades para o desenvolvimento dessa extensa região. As exigências da Lei para o desenvolvimento de projetos industriais e da agroindústria têm assustado os investidores, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

No caso dos 3 estados sulinos as frações de suas superfícies abrangidas pela faixa de fronteira, nos termos da Lei atual, são enormes; esse fato inibe fortemente a alocação de investimentos pretendidos pelas pessoas físicas e jurídicas, e de forma mais restritiva para as empresas com participação estrangeira, forçando o seu nível de competitividade econômica para baixo, ocasionando sérias consequências de ordem social para seus habitantes.

Muitas das atividades econômicas que poderiam estar sendo desenvolvidas nestas regiões são desestimuladas pela excessiva burocracia e lentidão nas autorizações para sua implantação e funcionamento, envolvendo, além de diversos Ministérios e autarquias do Governo Federal, o registro e autorização do Conselho de Segurança Nacional. Estas exigências não se verificam nos países vizinhos que compõe o Mercosul, que têm sido beneficiados com investimentos que poderiam estar no Brasil.

Sala das Sessões, de Abril de 2006

Dep. Nelson Proen 
PPS-RS

FDFEE20225